

## IV Ciclo 2018/2019

DATA	TÍTULO	PARTICIPANTES
<b>Ano 2018</b>		
31 outubro	Investigação para empresas	Ana Nunes de Almeida, Maria Manuel Vieira, Leonor Bettencourt, Vanessa Cunha, Jussara Rowland Raquel Rego (M)
21 novembro	Assédio e a universidade	Raquel Santos (C) Nuno Domingos e Vasco Ramos Vasco Ramos (M)
5 dezembro	A relação orientador/orientando	Susana Salgado Vítor Sérgio Ferreira João Vasconcelos (M)
<b>Ano 2019</b>		
23 janeiro	Plágio e a integridade académica	Madalena Ramos (C) César Morais Joana Fraga (M)
20 fevereiro	Ativismo e ciência	João Camargo Luís de Sousa Rita Almeida Carvalho (M)
20 março	Ciência cidadã	Dulce Freire Ana Delicado João Graça (M)
17 abril	A Carta Ética do ICS	Pellegrino Cammino Vasco Ramos Filipa Raimundo (M)
23 maio	Que responsabilidade social na investigação?	Edalina Sanches Simone Frangella João Carlos Martins (M)
3 julho	Dilemas na avaliação de teses	Susana Salgado Mónica Truninger João Ferrão (M)

M – moderador

C – convidado externo

## **Investigação para empresas – 31 outubro 2018**

*O primeiro Seminário de Responsible Research and Innovation (RRI) do ano académico de 2018-2019 decorreu no dia 31 de Outubro e foi dedicado ao tema «Investigação para Empresas». A intervenção «Investigação para empresas: trabalho de campo e anonimato» foi apresentada pela Ana Nunes de Almeida, coordenadora da equipa que integra as investigadoras Maria Manuel Vieira, Leonor Rodrigues e Vanessa Cunha e ainda a bolsista do projecto Jussara Rowland.*

*Esta equipa foi contratada por uma grande empresa que elegeu, como uma das linhas prioritárias de actuação da sua vertente de responsabilidade social, a questão da conciliação entre vida familiar e vida profissional e mais concretamente a guarda e pré-escolarização dos filhos dos seus trabalhadores, isto é, das crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 5 anos, que ainda não ingressaram na escolaridade obrigatória. De acordo com a empresa, a questão assume relevância uma vez que cerca de 70% dos seus 30.000 trabalhadores são mulheres e o trabalho inclui frequentemente horários atípicos (rotatividade de turnos, trabalho nocturno e ao fim-de-semana).*

*Deste modo, um projecto de investigação está a ser desenvolvido no ICS no período de um ano e compreendendo duas fases. Num primeiro momento, que acaba de resto de terminar, a equipa colectou e analisou dados secundários para o período 2000-2017. Neste quadro foi salientada a falta de trabalhos empíricos sobre a realidade portuguesa. Num segundo momento, estão previstos estudos de caso em diferentes regiões do país e estabelecimentos da empresa de diversas características, privilegiando-se a entrevista como técnica principal de recolha de dados. Estas entrevistas deverão ser individuais, gravadas, dirigidas a pais e mães de crianças com idade igual ou inferior a 5 anos. O objectivo é aprofundar questões relativas à conciliação e guarda. A equipa de investigação depara-se, pois, com desafios ético-metodológicos relativos à receptividade que os trabalhadores poderão ter ao seu pedido de entrevista quando o estudo é encomendado pela empresa onde exercem a sua actividade profissional. Apesar de a equipa do projecto ser experiente e garantir todos os requisitos normalizados e éticos para a realização do estudo, antevê dificuldades no acesso à população a entrevistar e antecipa problemas na adesão dos sujeitos ao estudo.*

*Várias sugestões foram feitas pelos presentes no sentido de ultrapassar resistências de potenciais entrevistados assim como as possíveis limitações de alguns testemunhos a recolher:*

- *Disponibilização atempada de informação sobre o projecto e datas de presença da equipa nos estabelecimentos por parte da empresa dentro do horário normal de trabalho;*
- *Deixar os contactos dos investigadores porventura permitindo também que sejam contactados espontaneamente;*
- *Sublinhar a independência da equipa de investigação e em particular o compromisso da equipa e da empresa pelo cumprimento de princípios éticos em investigação e pelo regulamento geral de protecção de dados;*
- *Pseudonimização de dados que provenham da base (anonimizada) que a empresa forneceu;*
- *Acordar desde o início a devolução de resultados aos entrevistados;*
- *Chamar a atenção para a possível influência que o estudo possa vir a ter na melhoria das condições de trabalho no que respeita a conciliação da vida familiar e profissional;*

- *Triangulação de fontes nomeadamente com recolha de informação documental sobre o clima de relações de trabalho e com a realização de entrevistas a outros interlocutores que poderão inclusivamente contribuir para a adesão dos trabalhadores: membros de eventuais comissões de trabalhadores se existirem, representantes sindicais do sector, representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho nos estabelecimentos observados;*
- *Em último caso permitir que os trabalhadores respondam a questões online – sendo que a situação de entrevista se transforma necessariamente num inquérito por questionário.*

*Neste sentido, poder-se-ia concluir que em situações semelhantes será necessário uma estratégia adaptativa, isto é, admitindo-se à partida várias aproximações ao campo e flexibilidade nas soluções a implementar, assim como uma vigilância permanente no sentido de evitar perturbar as actividades e o clima de relações em que de algum modo se intervém.*

Raquel Rego

### **Assédio Moral e a Universidade – 21 novembro 2018**

*No dia 21 de Novembro de 2018 decorreu mais um Seminário RRI, desta feita dedicado ao tema “Assédio moral e a universidade”.*

*A sessão contou com a participação de Raquel Simões dos Santos, Nuno Domingos e Vasco Ramos, com moderação de Vasco Ramos.*

*Raquel Simões dos Santos, advogada na G-Advogados, com larga experiência na área do Direito do Trabalho, começou por expor o conceito legal de assédio moral e os princípios em que assenta nomeadamente a dignidade do trabalhador e os seus direitos de personalidade. Seguidamente apresentou as diferenças entre assédio discriminatório e não discriminatório e entre assédio vertical e horizontal. A Raquel chamou a atenção para o facto de o assédio moral poder ser praticado entre colegas, por chefias em relação a subordinados e também em sentido inverso, embora este último seja mais raro. Apresentou a tipificação legal dos comportamentos e práticas que constituem assédio. Expôs exemplos da sua prática mostrando como a jurisprudência acerca do assédio moral tem evoluído.*

*Nuno Domingos, Investigador Auxiliar no ICS, e Vasco Ramos, investigador de pós-doutoramento no ICS, começaram por mencionar as alterações legislativas ao Código do Trabalho de Agosto de 2017. A nova legislação obriga à adoção de códigos de conduta por parte de organizações e instituições com mais de 7 trabalhadores. Referiram que, tanto quanto lhes foi possível saber, nenhuma universidade portuguesa até agora cumpriu essa obrigação. Seguidamente falaram de alguns aspetos do trabalho no meio académico (precariedade, competição, modalidades de trabalho horizontal, hierarquias pouco explícitas) e das modalidades que o assédio moral pode assumir nos contextos e nas instituições de investigação. Mencionaram a dificuldade que as estruturas representativas dos investigadores (sindicatos e associações) têm em dar resposta a esta questão. Por fim, apresentaram algumas estratégias de resposta ao assédio moral que são seguidas em várias universidades no Reino Unido e nos Estados Unidos. Alguns aspetos das estratégias das universidades estrangeiras analisadas são: 1) a visibilidade da informação que a questão assume nesses contextos (através de normas, respostas institucionais, tipificação),*

normalmente em destaque nos sites nas universidades e em regulamentos internos acessíveis a todos; 2) o número significativo de funcionários especializados dedicados, independentes dos corpos docentes e de investigação; 3) a facilidade em apresentar uma queixa através de um telefone, de um e-mail ou de um formulário específico onde, explicando o seu caso, é possível guardar anonimato.

Participaram neste seminário cerca de 20 pessoas no total. Um dos aspetos destacados no debate foi a natureza insidiosa, frequentemente sub-reptícia, que o assédio moral assume, sendo comum que vítimas só se apercebam de que estão a ser visadas ao fim de um longo período. Discutiu-se ainda se o assédio pode ser um ato isolado ou se é necessariamente uma prática continuada. A lei e a jurisprudência indicam que há algumas decisões ou atos que podendo só acontecer uma vez acabam por produzir efeitos duradouros e que, por isso, também podem ser considerados como assédio moral.

Foi salientado que o medo de represálias e a vergonha são muito comuns entre as pessoas que sofrem assédio, constituindo um forte entrave à denúncia. Falou-se também do problema das falsas denúncias e dos rumores, ambos podendo funcionar, tal como o assédio, como estratégias para proscrever pessoas ou condicionar a sua ação. Em relação à forma como os casos de assédio podem ser denunciados, os participantes acentuaram a necessidade de serem criados mecanismos em que o anonimato dos denunciantes seja totalmente protegido. Por outro lado, também se concluiu que os procedimentos de averiguação devem ser conduzidos de forma independente, sem qualquer relação com as vítimas e com os agressores, preferencialmente por pessoas externas à instituição.

Uma conclusão partilhada pelos presentes foi a necessidade de o ICS adotar um código de conduta que incorpore as disposições em vigor, incluindo as sanções previstas na lei. Dada a reduzida dimensão do ICS, sugeriu-se concertação com a ULisboa. Um ponto de partida interessante seriam as boas práticas já em vigor em universidades congéneres. Igualmente importante é que esse código e as suas consequências sejam amplamente publicitados. Raquel fez notar de resto que a lei obriga a que os regulamentos e as sanções sejam do domínio público. Vários participantes salientaram que a divulgação pública terá importantes efeitos de dissuasão e de esclarecimento face a comportamentos que são inaceitáveis.

Vasco Ramos

### **A relação orientador/orientando – 5 dezembro 2018**

(...)

### **Plágio e Integridade Académica – 23 janeiro 2019**

No dia 23 de Janeiro de 2019 no âmbito dos seminários RRI realizou-se no ICS-ULisboa o seminário Plágio e integridade académica, com a participação de César Morais (Programa doutoramento OpenSoc) e de Madalena Ramos (ISCTE-IUL). A partir das experiências de um, enquanto aluno ao longo do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino superior, e da segunda enquanto docente e Presidente do Conselho Pedagógico, este seminário debruçou-se sobre algumas questões

*relacionadas com as práticas de plágio, com as dúvidas que se prendem com esta temática e com possíveis soluções.*

*No seio da comunidade estudantil existe um grande desconhecimento em torno destas problemáticas. Muitos deparam-se, pela primeira vez, com a questão do plágio quando iniciam os seus estudos universitários. Os alunos identificam as situações mais frequentes de plágio mas nem sempre são capazes de identificar a gravidade do acto ou de o evitar. Apesar de alguns docentes abordarem o tema nas cadeiras 5ecionadas, é frequente que este seja apenas a florado de forma muito genérica em vez de ser examinado a fundo. Perguntas como “o que é o plágio?”, “como evitar?”, “quais são as boas normas de referência?” ficam muitas vezes no ar. Por outro lado, vemos que apesar de existirem códigos de conduta a nível institucional, reina um aparente sentimento de impunidade entre colegas, muitas vezes até dignificada por parte de quem comete fraude.*

*Estudantes de 2ºs e 3ºs ciclos mantêm muitas vezes estas dúvidas à medida que continuam os seus estudos.*

*Do lado dos docentes, a situação não parece ser muito diferente. Apesar de serem detectados casos de plágio, poucos chegam aos órgãos encarregues de tomar medidas, o que contribui para a invisibilidade do fenómeno. Os docentes optam por resolver o problema dentro da unidade didáctica, seja porque desconhecem a obrigação de denunciar, seja por considerarem que implica muita burocracia. Esta atitude – que muitas vezes se traduz em anular um trabalho, mas dando a oportunidade de o repetir ou de fazer correções – contribui também para o tal sentimento de impunidade. Uma notícia do jornal Público de Janeiro deste ano (02/01/2019) avança mesmo que todas as universidades portuguesas condenam o plágio mas não dispõem de dados sobre os casos identificados, em parte porque os docentes são dissuadidos face à burocracia que enfrentam.*

*Face ao cenário existente, colocam-se vários desafios:*

- 1) Diagnosticar a situação existente. Este é desde logo um dos principais obstáculos por ser muito difícil de quantificar. Não só chegam poucas queixas aos órgãos responsáveis, como as próprias instituições podem optar por não divulgar estes dados.*
- 2) É urgente lançar um debate nacional, mas é necessário envolver muita gente. O problema do plágio e da integridade académica deve ser abordado desde o ensino básico, pelo que este debate deve incluir professores dos vários ciclos de ensino.*
- 3) Os códigos de conduta existem mas carecem de visibilidade e necessitam ser tornados operacionais, ou seja, deve-se tornar mais simples todo o processo de reportar um caso de plágio ao mesmo tempo que se devem alargar as acções de divulgação.*

*Como conclusão percebemos que o tema do plágio em Portugal ainda carece de muita investigação e sensibilização. Se por um lado é necessário evitá-lo através de uma conduta regida por princípios éticos, da penalização efectiva e da utilização de ferramentas informáticas apropriadas, é também preciso promover acções de informação e formação no sentido de promover as boas práticas de integridade académica.*

Joana Fraga

### **Ativismo e ciência – 20 fevereiro 2019**

*A sessão de 20 de Fevereiro de 2019 dos seminários RRI contou com apresentações de João Camargo, político – líder do movimento Que se lixe a Troika, dirigente do Bloco de Esquerda e estudante em alterações climáticas no programa de doutoramento conjunto Universidade Nova / Universidade de Lisboa – e Luís de Sousa – director da Transparência Internacional Portugal, coordenador do Sistema Nacional de Integridade no Instituto de Ciências Sociais (UL), onde é*

*também investigador. Ambos procuraram responder à questão: que desafios se colocam ao investigador que é simultaneamente activista? Camargo e Sousa centraram-se sobretudo nos seus percursos pessoais. Se Camargo chegou à academia por via da sua experiência política, Sousa entrou no activismo por via da academia. Estes percursos de sentido inverso convergem na certeza de que as suas convicções políticas não deformam a ciência que produzem, antes a informam, desde que alicerçada no rigor metodológico. Assistiram a este seminário 25 pessoas que debateram animadamente com os dois convidados.*

Rita Almeida de Carvalho

### **Ciência cidadã – 20 março 2019**

*No dia 20 de Março de 2019 realizou-se nova sessão dos seminários RRI, no ICS-ULisboa, onde se discutiu o tema Ciência Cidadã, ancorado nos princípios de participação ativa, envolvimento e co-construção do conhecimento científico. O seminário contou com a presença de cerca de 15 participantes, incluindo as investigadoras Ana Delicado e Dulce Freire, ambas do ICS-ULisboa, cujos contributos permitiram abordar o tópico em discussão sob perspetivas e níveis de análise complementares. Ana Delicado procurou, numa primeira fase, promover uma reflexão partilhada sobre o que caracteriza os projetos de Ciência Cidadã, para que serve a Ciência Cidadã no geral, e qual o seu potencial de aplicação nas ciências sociais em particular, e por que razão pode ser importante debater este tema no ICS-ULisboa. Por sua vez, Dulce Freire ajudou a materializar esta reflexão, apresentando a dimensão de Ciência Cidadã no Projeto ReSEED - cuja matriz afirma o processo de construção do conhecimento científico com e para a sociedade. A sessão foi muito participada e debatida por todo o grupo de participantes do seminário, que em conjunto partilharam dúvidas, soluções, e criaram caminhos para construir e, posteriormente, consolidar os princípios e ferramentas de Ciência Cidadã na investigação que é realizada com o ICS-ULisboa.*

João Graça

### **A Carta de Ética do ICS – 17 abril 2019**

*A sessão de 17 de abril de 2019 dos seminários RRI foi dedicada às questões da ética nas ciências sociais. A entrada em vigor da Carta de Ética do ICS, aprovada na generalidade na reunião do Conselho Científica de 14 de novembro de 2018 e já disponível no site do ICS. Para lançar o debate o investigador Vasco Ramos, membro da Comissão de Ética do ICS, explicou quais os documentos em que a Carta foi inspirada, os princípios que a compõem, assim como a sua abrangência e utilidade. Em seguida, o investigador e gestor de ciência Pellegrino Cammino, também membro da Comissão de Ética do ICS, falou brevemente sobre a crescente centralidade das questões de Ética nas candidaturas a financiamento externo, nomeadamente europeu. Uma vez aberta a discussão, esta centrou-se muito no papel do Data Protection Officer e na importância dos Data Management Plan em qualquer projeto de investigação, assim como na necessidade de se receber formação sobre como estes devem ser criados. Através do debate ficou clara a necessidade de haver mais informação sobre como prever e contemplar as questões legais, éticas e de transparência, quer na fase da candidatura, quer na fase da gestão dos projetos científicos. Os três representantes da Comissão de Ética do ICS presentes no seminário (Vasco Ramos, Rino Cammino e Ângela Barreto Xavier) explicaram qual o papel que a Comissão terá e o que se*

poderá esperar dela nestes domínios. A discussão terminou com sugestões para um encontro futuro que envolva a comunidade ICS com o intuito de alertar e melhor preparar os seus membros para os desafios relacionados com as questões abordadas neste seminário.

Filipa Raimundo

### **Que responsabilidade social na investigação? – 23 maio 2019**

#### **1. A sessão inicia-se com uma intervenção da Edalina Sanches**

Em 2016, o Conselho de Gestão do ICS considerou que o ICS devia posicionar-se no campo da Responsabilidade Social. Neste contexto, começou a colaborar com um projeto da Associação de Escolas João de Deus, no Bairro 6 de Maio, na Amadora. O processo de demolição e realojamento de parte dos moradores, a sua natureza degradada, as necessidades habitacionais prementes, a sua natureza transitória (relojamento no Casal da Boba e Venda Nova), a mobilidade dos moradores, tornam o Bairro 6 de Maio um objeto interessante de intervenção, desenvolvendo a ideia de uma experiência social. Nos primeiros tempos, as ações passaram pela visita ao local. Desde logo se pôs uma questão: que tipo de atividades deveriam ser desenvolvidas e de que forma estas consubstanciavam as lógicas de ação do ICS? A resposta passou pela natureza daquela comunidade em particular, a sua informalidade, aspetos relevados pelos técnicos (iniciativa Projeto Escolhas), que facilitou a compreensão de um contexto urbano em particular: a intervenção deveria ter relevância para o ICS e população.

A Responsabilidade Social já está integrada na estratégia de Outreach do ICS, sendo um dos seus eixos, faz parte da estratégia ICS (Impacto Societal), mas deveria materializar-se num grupo mais eficiente, estando a avaliação dos investigadores também dependente deste elemento, valorizando este trabalho extra, fora dos seus planos de trabalho e investigação.

A participação efetiva deu-se em 2016 em redor de um debate de esclarecimento sobre as modalidades de assistência social, (RSI) os jovens e as novas profissões em 2017, de como criar um blog, internet, redes sociais, ou mesmo na dinamização da ciência perante crianças entre os 6 e os 10 anos, sobre racismo e direitos políticos, sobre cidadania. Sentiram que a iniciativa foi curta e não foi possível criar “vínculos com a comunidade”, não criando formas de sustentabilidade dos conteúdos e intervenções previstas, assim como atividades futuras. Aí pôs-se a questão se teriam competências para trabalhar com este público, que formatos eram mais interessantes, que impactos e a necessidade de avaliação destas atividades.

#### **2. A investigadora Simone Frangella continuou de seguida.**

Defendeu que estas atividades deveriam ter um sentido mais profundo nas intenções de ação do ICS, criando formas apelativas para motivar os investigadores presentes. Este processo inicialmente foi orientado para a receção de refugiados resultantes do conflito sírio e migrações no Mediterrâneo, mas devido ao número reduzido de migrantes, da não existência de muitas bolsas de estudo (apenas 1), assim como da inexistência de uma ligação forte com a rede que os acompanhava, não teve os resultados esperados. Em alternativa, reorientaram-se para o processo de mobilidade residencial 6 de Maio-Venda Nova, com um projeto pequeno (em que participaram alguns investigadores ICS), fomentando a criação de relações com as entidades a trabalhar neste terreno urbano.

O projeto na Venda Nova (para onde alguns foram realojados ou tinham a escola) é um novo contexto para estes jovens maioritariamente afrodescendentes, num bairro etnicamente branco. As atividades dar-se-iam num clube desportivo, havendo desconfiança por parte dos idosos locais em relação aos jovens. Este projeto ainda não está a decorrer. Algumas dificuldades: enorme complexidade dos projetos já existentes do Escolhas (não havendo tempo para outras atividades não integradas no projeto financiado), havendo temporalidades diferentes entre a

intervenção (os técnicos) e a academia (mais demorada). No novo projeto o ICS é um parceiro formal. O “Boba estúdio” é um projeto que congrega instituições estatais e não estatais, está associado à Rede Social de Lisboa, que não tem informação acerca de imigrantes. A questão que se põe no seu entender é se o ICS irá participar ativamente nas Redes Sociais existentes.

*Perguntas/Comentários da audiência*

(i) Qual seria a integração formal no ICS e de que forma se integra nas iniciativas de Outreach do instituto.

A Simone Frangella respondeu que temos de nos questionar que tipo de trabalho é este. Será voluntariado? Ele não decorre de uma pesquisa empírica, sendo que o ICS deveria assumir de forma coletiva estar presente na resolução de problemas sociais, integrando-se na avaliação dos investigadores e num financiamento próprio.

(ii) Outra investigadora do ICS interveio defendendo que este é um programa de voluntariado do ICS, dando a conhecer este trabalho entre os estudantes. Não como um voluntariado individual, mas integrado no ICS, que criaria as condições para a persecução das atividades: “não é pintar casas, é mobilizar as capacidades dos investigadores nestes contextos”, como forma de intervenção social, um voluntariado ICS que oferece reconhecimento e competências.

(iii) Uma antiga coordenadora de um projeto Escolhas, e também investigadora do ICS, levanta a necessidade de diferenciação ao que outras instituições fazem como a Fundação Aga Khan. Questiona-se se é possível este trabalho constituir uma forma de Outreach do ICS, como vencer a informalidade que normalmente pontua estes processos, sendo que o portfolio das atividades não deveria ser muito alargado. Torna-se determinante aferir o impacto que sai destas intervenções, como otimizar as qualidades dos cientistas presentes e de que forma se dá o contacto e interação com os técnicos, a ligação micro-macro. Neste campo, a ACM faz formações para técnicos, em que o ICS poderia participar.

Em resposta, a Simone Frangella enunciou um projeto que deveria ser de toda a comunidade ICS, denotando a origem do termo, o Conselho Científico da FCT.

(iv) Uma outra investigadora enunciou a necessidade de exploração mais intensiva do conceito de RS, levando a uma mudança significativa na sua operacionalização, sendo necessário que as equipas entrem em contacto com a comunidade com tempo, reconhecendo a imprevisibilidade presente e a enunciação de desafios a cumprir. Como foram escolhidas as iniciativas? Num segundo momento, ter em conta as intervenções atuais e de futuro, que poderão ser diferentes.

(v) Na última intervenção foi perguntado em que medida este processo seria de facto inovador? De que forma se associa a campos como a “ciência cidadã”, sendo que segundo o seu ponto de vista estas atividades não deveriam constar como elementos de avaliação dos investigadores.

Em resposta, Simone Frangella defendeu que este é um espaço aberto à discussão, sendo necessário avançar para um mecanismo de formalização, entre a ideia de “extensão universitária” (comum no Brasil) e o voluntariado. O mundo académico está afastado do campo da responsabilidade social, sendo necessário discutir o papel dos técnicos e a intervenção dos investigadores com estes, dos sujeitos a quem a intervenção se dirige, assim como da tomada de uma posição mais humilde por parte dos investigadores nestas questões. Uma ideia de promover o conhecimento dentro das comunidades, aliada a uma perceção de como os agentes o apreendem e avaliam. Por fim, a Edalina Sanches levantou a questão da identidade ICS.

João Carlos Martins



### **Dilemas na avaliação de teses – 3 julho 2019**

O último Seminário RRI do ano letivo 2018-2019 debruçou-se sobre os “Dilemas na Avaliação de Teses” e contou com a participação de três investigadores do ICS-ULisboa. Susana Salgado falou sobre “A precariedade profissional no (des)equilíbrio entre qualidade e prestígio” e Mónica Truninger abordou o tópico “Critérios de avaliação de teses: do não dito às decisões incómodas de compromisso”. A moderação da sessão ficou a cargo de João Ferrão.

Este seminário pautou-se por gerar uma discussão em torno da avaliação de teses, dos critérios usados pelos júris, da situação profissional dos membros dos júris e das potenciais consequências na avaliação final das teses. Susana Salgado frisou as diferentes dinâmicas e os potenciais conflitos suscetíveis de existir entre os vários elementos dos júris, que podem ter consequências importantes na classificação final das teses de doutoramento/dissertações de mestrado. Dado o aumento exponencial do número de teses de doutoramento, uma das questões lançadas foi a qualidade do trabalho científico e o rigor com que são aplicados critérios, quer de orientação (durante o processo de elaboração), quer de avaliação final (nas provas académicas). Será que se tem assistido nos últimos anos a um decréscimo de exigência na qualidade das teses e nos padrões de avaliação dos júris?

Problemas diretamente relacionados com este e que têm um impacto crescente na qualidade do trabalho científico desenvolvido estão relacionados, por exemplo, com os painéis selecionados para serem “fáceis e simpáticos” quando a qualidade da tese não é brilhante – seja porque o candidato tem um perfil menos adequado à investigação científica, seja porque alguns membros do painel, devido à sua situação de precariedade no emprego, poderão ter mais dificuldade em recusar convites para integrar júris (deste tipo), ir contra a opinião dos membros mais estabelecidos e com uma posição hierárquica mais elevada, ou ainda ir contra os seus antigos orientadores ou pessoas com quem estabeleceram fortes laços de lealdade e de amizade ao longo dos anos. Estas são situações que não são propriamente novas, mas que se têm vindo a agravar com o acréscimo do número de teses e de candidatos ao título de doutor, aliado a uma enorme precariedade em grande parte dos empregos de investigação.

Depois da exposição de Susana Salgado, Mónica Truninger levantou a questão dos papéis dos membros do júri nas reuniões finais de provas para consensualizar a atribuição da classificação final. Consoante a posição que estes membros tomam, estes podem ou não fazer silenciar uma avaliação menos positiva sobre a qualidade da tese, gerando uma situação incómoda entre alguns membros do painel. O papel do presidente do júri também é relevante. Por vezes, pode ter uma postura mais orientadora em relação à classificação, salientando o que é habitual fazer-se naquela instituição (a “prática da casa”); ou, pelo contrário, pode dar total liberdade aos membros do júri para decidirem como entenderem, sem fazer qualquer interferência.

Como foi discutido posteriormente com a audiência, ambas as atitudes têm consequências, positivas e menos positivas. Por um lado, o presidente do júri pode ter um papel fundamental quando intervém para assegurar uma justiça comparativa de notas atribuídas às teses daquela instituição que vão a provas em determinado ano letivo. Por outro lado, essa intervenção pode fazer silenciar uma avaliação menos positiva feita por um dos membros do júri, que fica numa posição delicada para transmitir o que lhe parece ser a classificação “justa” a atribuir àquela tese. Mas a pressão não é exercida apenas pelo presidente do júri, pode também ser exercida pelos outros membros, inclusive pelo próprio orientador.

Uma das questões debatidas é se deveria haver critérios mais objetivos para a avaliação da tese (quer na parte escrita, quer na prestação oral), fazendo corresponder a observância desses critérios a determinados graus ou qualificações (Aprovado com Distinção; Aprovado com Distinção e Louvor). Discutiram-se também as situações em que as instituições não qualificam a tese, apenas avaliando-a como aprovada ou reprovada. Até que ponto é necessário qualificar a tese? Será um critério avaliado no recrutamento para futuros empregos na ciência? A qualificação da tese não parece ser muito relevante, desde que a obtenção do grau de doutoramento tenha sido alcançada. Também foram referidas por Mónica Truninger as situações em que o membro de júri “alinha” com a maioria, fazendo um compromisso para não se tornar um “obstáculo” ou “empecilho” na avaliação. Este desejo de não ser um obstáculo pode ser justificado pelo eventual receio de não voltar a ser convidado por aquela instituição para integrar futuros júris.

Os participantes abordaram ainda a necessidade de encontrar formas alternativas de nomeação de júris, para minimizar alguns problemas e tornar o processo de avaliação mais transparente e justo.

A discussão com a assistência foi muito dinâmica e permitiu a sugestão das seguintes potenciais formas para mitigar e eventualmente resolver alguns dos problemas identificados:

- 1) Ao longo da preparação da tese, ter o acompanhamento de uma Comissão de Acompanhamento de Tese (CAT) que reúne todos os anos para fazer uma apreciação do rumo dos trabalhos. A CAT é constituída pelo orientador e por especialistas na área. Estes especialistas leem os capítulos da tese e fazem um parecer sobre a sua qualidade e os aspetos a melhorar. No ano seguinte, faz-se um balanço se estas recomendações foram seguidas, que problemas surgiram que fizeram mudar o rumo de determinadas orientações e como ajudar a solucionar problemas concretos que o/a doutorando/a tenha. As vantagens da CAT são ajudar a controlar melhor a qualidade científica da tese durante o processo de elaboração e cobrir áreas de conhecimento que não são da especialidade dos orientadores.
- 2) Criar dois tipos de graus de doutoramento. Um mais profissional e técnico (para os profissionais que estiveram fora da academia durante largos anos e que não têm competências sólidas em investigação científica); e outra mais de investigação científica e académica (a prática mais corrente). Isso exigiria pensar em critérios de avaliação diferentes, em formatos de tese diferenciados e em membros de júri também diferentes dos habituais (académicos e não académicos).
- 3) Definir internamente uma estratégia de descentralização de orientações de teses (proposta a apresentar oportunamente ao Conselho Científico), de forma a evitar que a maioria das orientações esteja concentrada em poucos orientadores, que assim não têm disponibilidade para seguir com atenção todos os doutorandos e para assegurar a qualidade do trabalho que está a ser desenvolvido.

Mónica Truninger, Susana Salgado, João Ferrão

\*\*\*\*\*